



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 077/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1773/2008 (02 volumes).

Apensos: Processos nºs. 6227/2007 e 5089/2007.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Japurá.

4- Exercício: Exercício 2007.

5- Responsável: Sr. Raimundo Matias Barbosa, Prefeito e Ordenador de Despesas à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI-CI – Informação nº 682/2015 (fls. 340/341).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Diligência nº 227/2015-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fl. 342).

8- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Japurá. Exercício de 2007.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das Contas Anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando **DESAPROVAÇÃO** das Contas Gerais da Prefeitura do Município de Japurá, referente ao exercício de 2007, nos termos do art. 1.º, inciso I, c/c o art. 58, alínea “c”, da Lei n.º 2.423/96 e art. 11, inciso III, alínea “a”, item 1, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM.

10- Ata: 45ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de dezembro de 2015.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 077/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 077/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 077/2015)

1- Processo TCE nº 1773/2008 (02 volumes).

Apensos: Processos nºs. 6227/2007 e 5089/2007.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Japurá.

4- Exercício: Exercício 2007.

5- Responsável: Sr. Raimundo Matias Barbosa, Prefeito e Ordenador de Despesas à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI-CI – Informação nº 682/2015 (fls. 340/341).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Diligência nº 227/2015-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fl. 342).

8- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
Prefeitura Municipal de Japurá. Exercício de 2007.

*Revelia. Contas irregulares. Glosa. Multas.
Prazo. Inscrição na dívida ativa.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

9.1 – À unanimidade:

9.1.1- Considerar revel o Sr. Raimundo Matias Barbosa, Prefeito e Ordenador de Despesas à época do município de Japurá, nos termos do art. 20, §3º, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 88, da Resolução TCE/AM nº 04/02;

9.1.2- Julgar pela irregularidade das contas da Prefeitura Municipal de Japurá, referente ao exercício de 2007, tendo como responsável o **Sr. Raimundo Matias Barbosa**, Prefeito e Ordenador de Despesas à época, nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alíneas “b” e “c” da Lei nº 2.423/96 em razão da permanência das restrições apontadas no relatório/voto;

9.1.2- Glosar o valor total de **R\$ 10.802.032,02** (dez milhões, oitocentos e dois mil, trinta e dois reais e dois centavos), para devolução aos cofres do Município, corrigidos monetariamente, pela não disponibilização documental para análise *in loco*, o que impediu a Comissão de Inspeção de comprovar se as despesas efetivamente ocorreram.

9.1.4- Aplicar multa ao **Sr. Raimundo Matias Barbosa**, ex-Prefeito Municipal de Japurá e Ordenador de Despesas à época:



ACÓRDÃO Nº 077/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 077/2015)

a) no valor de **R\$ 1.096,03** (um mil, noventa e seis reais e três centavos), conforme o art. 308, inciso II, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 25/2012-TCE/AM **por cada bimestre de atraso** no encaminhamento, por meio magnético (ACP), dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária, exercício de 2007 (6 bimestres), totalizando o montante de **R\$ 6.576,18** (seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos), item 19 do relatório/voto;

b) no valor de **R\$ 1.096,03** (um mil, noventa e seis reais e três centavos), conforme o art. 308, inciso II, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 25/2012-TCE/AM **por cada semestre de atraso** no encaminhamento, por meio magnético (ACP), dos Relatórios de Gestão Fiscal, exercício de 2007 (2 semestres), totalizando o montante de **R\$ 2.192,06** (dois mil, cento e noventa e dois e seis centavos), item 20 do relatório/voto;

c) no valor de **R\$ 4.384,12** (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos) nos termos do art. 54, III da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, V, da Resolução n.º 04/2002, alterado pela Resolução n.º 25/2012-TCE/AM, por ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário, tendo em vista a não comprovação das despesas realizadas durante todo o exercício;

d) no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte cinco centavos), com fulcro no art. 54, II da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VI da Resolução n.º 04/2002, alterada pela Resolução n.º 25/2012-TCE/AM, pelos atos praticados com grave infração de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial (itens 1, 3, 5 a 18, 21 a 28 do relatório/voto).

9.1.5- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para que o Sr. Raimundo Matias Barbosa, recolha os valores das multas que lhe foi aplicada aos cofres públicos (art. 72, III, “c”, da Lei n.º 2423/96), ficando a DICREX autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM.

9.1.6- Autorizar, em caso de não recolhimento do valor de condenação, a **inscrição do débito na Dívida Ativa** e ensejo à ação executiva, *ex vi* do art. 73 da Lei n.º 2.423/96, art. 169, II, art. 173, e § 6.º do art. 308, todos da Resolução n.º 04/2002- TCE.

9.2 – Por maioria, aplicar multa no valor de **R\$ 1.096,03** (um mil, noventa e seis reais e três centavos), conforme art. 308, inciso II, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 25/2012-TCE/AM **por cada mês de atraso** no encaminhamento, por meio magnético (ACP), dos demonstrativos contábeis referentes aos meses de janeiro a dezembro de 2007 (12 meses), totalizando o montante de **R\$ 13.152,36** (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos), item 4 do relatório/voto.

Vencido o voto-destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro pela inaplicabilidade de multa pelo atraso no ACP.

10- Ata: 45ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de dezembro de 2015.



ACÓRDÃO Nº 077/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 077/2015)

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral